

INSTITUTO	
Documentação	
Fonte	DES P (Geral)
Data	7/7/2001 Pg A12
Class.	111

AMBIENTE

G-7: relatório para financiar (ou não) a conservação de matas no Brasil

O geógrafo francês Hervé Théry iniciará segunda-feira coleta de dados no País

NAPOLEÃO SABÓIA

PARIS – A segunda fase do Programa Piloto do G-7 (grupo dos sete principais países industrializados), que visa a proteção da floresta amazônica, terá chances de ser aprovada e estendida à mata atlântica. Tudo dependerá da firmeza dos engajamentos dos órgãos envolvidos na iniciativa, no sentido de conseguirem a redução dos desmatamentos.

Esta é a previsão do presidente do Grupo Internacional de Conselheiros do Programa, o geógrafo brasileiro francês Hervé Théry, que inicia na próxima segunda-feira a verificação e coleta de dados com Organizações Não-Governamentais (ONGs) para a elaboração do relatório no qual o G-7, a União Européia e demais participantes do projeto, em parte, decidirão se financiam ou não a segunda fase.

Até agora, coube ao Banco Mundial a gestão financeira do Programa Piloto. Para a execução da primeira etapa estavam destinados US\$ 250 milhões. A Alemanha, seguida pela Holanda, foi os principais contribuintes.

Segundo Théry, a nova missão de verificação e coleta de dados que se estenderá até o próximo dia 20, vai compreender representantes de diferentes instituições brasileiras e será realizada por duas equipes

que trabalharão em duas frentes: a primeira na Amazônia e a segunda na mata atlântica. “Vamos torcer para que o programa prossiga e estenda-se à mata atlântica, que tem ainda papel relevante a exercer no equilíbrio ecológico da região Sul”, declarou Théry.

Duradouro – Pela sua avaliação, foi positiva a primeira fase do programa, iniciada em 1993 e concluída agora. Entretanto, ele acredita que a iniciativa do G-7 contribuiu para “algo mais profundo e duradouro”. “O fortalecimento da consciência ecológica na sociedade brasileira e o surgimento de grupos de pressão em favor das causas ambientais vai ser essencial para a eficácia das futuras operações para conter o desmatamento e a conciliar a preservação da floresta com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.”

Na sua contribuição para o relatório, o geógrafo francês destacará a importância maior do Ministério do Meio Ambiente na de-

finição das políticas públicas de saneamento e desenvolvimento do País, ainda que seus recursos orçamentários sejam modestos; a criação de Secretarias do Meio Ambiente em praticamente todos os Estados e a capacitação técnica cada vez maior de seus quadros.

Outro argumento que utilizará Théry em seu relatório refere-se ao sistema informatizado de controle dos desmatamentos, introduzido no Mato Grosso pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e que deverá ser adotado pelos Estados amazônicos.

ALEMANHA
FOI O PAÍS
QUE MAIS
CONTRIBUIU